

FADDA, Emanuele. O sentimento linguístico nos estudos de Saussure, entre inteligência e vontade. *ReVEL*, edição especial, vol. 20, n. 19, 2022. Tradução de Juliana Marschal Ramos e Patrícia Reuillard. [www.revel.inf.br]

## O SENTIMENTO LINGUÍSTICO NOS ESTUDOS DE SAUSSURE, ENTRE INTELIGÊNCIA E VONTADE<sup>1</sup>

LINGUISTIC FEELING IN SAUSSURE'S STUDIES, BETWEEN INTELLIGENCE  
AND WILL

**Emanuele Fadda<sup>2</sup>**

emanuele.fadda@unical.it

O que é claro, como se repetiu mil vezes, é que o homem sem a linguagem seria talvez o homem, mas que não seria um ser nem mesmo aproximado do homem que conhecemos e que somos.  
Ferdinand de Saussure, *Escritos de linguística geral*

### 1. OS DOIS LADOS DO SENTIMENTO LINGUÍSTICO

A retomada recente dos estudos sobre a categoria linguística de **sentimento**, não só em Saussure, mas também em outros autores, insistiu muito em descrever esse sentimento como **conhecimento imediato** (intuição, semiconsciente ou inconsciente, nada além disso) da *langue*. No entanto, não se pode negligenciar que esse sentimento, esse conhecimento imediato que é exemplificado pelo modelo da analogia (cujos recursos, no entanto, não são completamente descritos por ele) comporta também um aspecto **normativo**, igualmente imediato.

Saussure chama a dimensão cognitiva da linguagem de **inteligência** e a dimensão normativa de **vontade**. Pode-se considerar o par inteligência/vontade subordinado ao mesmo tipo de pensamento que se encontra na base de outros pares

---

<sup>1</sup> Texto traduzido do original de 2021, “Le sentiment linguistique chez Saussure, entre intelligence et volonté”, publicado originalmente em *Le sentiment linguistique chez Saussure*, dir. par Gilles Siouffi, Lyon, ENS Éditions 2021. A **ReVEL** agradece a gentileza de Emanuele Fadda e da ENS Éditions por autorizarem a publicação desta tradução do texto para o português nesta edição especial (N. E.).

<sup>2</sup> Università della Calabria.

saussurianos (*langue/parole*, *significante/significado*, *sincronia/diacronia*, *relações associativo/sintagmático* etc.): em todos esses casos, os dois elementos se fundem, mas é preciso abstraí-los para levá-los em consideração. As duas dimensões têm um caráter de **imediatismo** próprio a culminar (**sem nada mais**) na produção de um comportamento linguístico na *parole*. Como veremos adiante, é isso que normalmente chamamos de “arbitrariedade”.

O sentimento linguístico determina, então, de maneira imediata, as operações de categorização do sujeito falante, que “vê” morfe(mas)s nas palavras e, de maneira mais geral, unidades lineares no discurso, sem pensar muito sobre isso; todavia essa própria categorização tem também a natureza de uma regra, de uma norma ou de uma obrigação, de tal forma que o sujeito falante se sente obrigado em relação aos usos da *langue*, mas se sente também no direito de julgar aquilo que é do interior e o que é do exterior da *langue* (o que é certo e o que é errado), apesar de não ter qualquer razão para fazer valer esse direito, exceto se convencer de que ele existe, em algum lugar.

Em relação a isso, é interessante retomar os empregos saussurianos do termo **vontade**, sempre inseridos – por assim dizer – em formas de lýtotes conceitual. Na linguagem, a vontade está sempre presente e é sempre negada, na consciência de si ou nos seus efeitos. Sua função e destino é ser superada, no entanto ela é um componente fundamental do sentimento linguístico.

Olhar a questão por esse ângulo nos permitirá abordar a gramática pelo seu lado (*lato sensu*) **moral** – como conjunto de normas imperativas, mas não mecânicas, que comportam uma complementaridade do aspecto cognitivo e do aspecto normativo: nesses dois casos, confrontamo-nos com algo não definível que assume, no entanto, o dever de uma regra de conduta cuja validade nunca é questionada. O linguista, por sua vez, experimenta essa falha da vontade (e os outros aspectos do sentimento linguístico) inicialmente como ser falante quando ele consegue detectar o **óbvio** do caráter arbitrário como um problema. Isso significa dizer que o estudo das línguas, em sua dimensão filosófica, implica também um aspecto moral, que se admite como próprio de toda ciência humana, mas que se manifesta na linguística de uma maneira mais evidente do que em outras ciências.

Para abordar o tema do sentimento enquanto disposição imediata bifacial (cognitiva/normativa), será preciso, em primeiro lugar, retomar um dos textos em que Saussure parece tratar de forma mais clara o assunto: a redação das três conferências

inaugurais (novembro de 1891) de suas aulas em Genebra<sup>3</sup>, que marcam o início de um trabalho didático realizado ao longo de vinte anos, que culminará na retomada<sup>4</sup> do terceiro curso (maio/junho de 1911). Mesmo que estejam ligadas a um esforço teórico importante (a tentativa de sistematização de *Essence double* é quase contemporânea), essas conferências têm um caráter introdutório e são dirigidas a um público não especializado. Na abertura da primeira conferência, Saussure aborda um tema que sempre retorna em suas reflexões e em seus escritos (até os cursos de linguística geral dos anos 1907-1911): a legitimação da linguística como ciência autônoma, que tem um objeto específico e irreduzível a outros temas de estudo. Nesse trabalho e em outros, ele defende duas ideias centrais: 1) a linguística não é uma ciência auxiliar, cuja única utilidade seria fornecer dados para as outras ciências; 2) a linguística é uma ciência **histórica**, e a concepção biológica que se esconde em certos modelos empregados na práxis reconstrutiva (por exemplo, o modelo da árvore) conduz a impasses. O entrelaçamento dos fatores social e individual<sup>5</sup> é simplesmente incompatível com a concepção de *langue*/linguagem como ser quase biológico<sup>6</sup>; mas sobretudo, tudo que é definível como histórico implica o par de fatores mencionados anteriormente: inteligência e vontade.

Qual é, então, a segunda condição implicada pela palavra ciência histórica? É que o objeto que faz a matéria da história – por exemplo, a arte, a religião, a vestimenta, etc. – representa, em qualquer que seja o sentido, os atos humanos regidos pela vontade e pela inteligência humana<sup>7</sup> – e que, além disso, devem ser de tal forma que eles não concernem somente o indivíduo, mas a coletividade (SAUSSURE 2002: 150 [doravante *ELG*]).

---

<sup>3</sup> Não abordarei aqui o questionamento se elas foram realmente apresentadas como três aulas introdutórias ou separadas (provavelmente não: cf. Chidichimo 2010; Joseph 2012: 375 em diante). De qualquer forma, o fato de que ele tenha guardado uma redação (incompleta, porém bastante detalhada), ao contrário do seu hábito de destruir as notas preparatórias das aulas, permite imaginar que ele considerava uma publicação.

<sup>4</sup> Como se sabe, após uma entrevista com L. Gautier (6 maio 1911), Saussure decide adicionar elementos que não faziam parte do plano original do terceiro curso e pede que seus alunos insiram um novo fascículo nos seus cadernos. Essa parte, que é chamada de “retomada” de acordo com a palavra empregada nos cadernos de Constantin (cf. Mejía ed. 2005: 237, f. 308a), forma o corpo principal da seção “Princípios gerais” do *CLG* e apresenta muitas analogias com as conferências de vinte anos antes.

<sup>5</sup> Ou antes o fato de que eles constituem as duas perspectivas pelas quais a *langue* pode (e deve) ser considerada.

<sup>6</sup> Saussure vai aprofundar a *pars destruens* dessa questão na terceira conferência, em que mostra o perigo inerente ao emprego das metáforas no que diz respeito às relações “parentais” entre as línguas (“o francês é uma língua filha do latim etc”), ou ao “ciclo de vida” delas (“essa língua é mais velha/mais nova/está prestes a morrer etc”).

<sup>7</sup> A consonância dessa passagem com o prefácio do livro de Bréal é bem surpreendente (“para mim, o progresso consistiu em afastar todas as causas secundárias e me dirigir à única causa verdadeira, que é a inteligência e a vontade humana”; 1897: 7). Aqui ainda não pesquisarei sobre a direção da influência Saussure-Bréal (ver Fadda 2017a, § 2).

Então, o objeto da linguística como ciência histórica é uma parte de sua atividade contínua, de sua práxis, que é, contudo, ao menos parcialmente independente em relação aos indivíduos. A ideia de *langue* como **produto social** que se encontra no *Cours de linguistique générale* (SAUSSURE 1972: 25, 30, 44) (doravante *CLG*) está enraizada **nessa** ideia de história.

No entanto, deve-se considerar dois níveis: 1) o objeto da linguística *per se*, que é constituído pelos produtos sociais abstratos; 2) uma espécie de **filosofia da linguagem** (e das línguas), que é o fundamento da linguística *stricto sensu* e que não pode se reduzir a seu componente epistemológico, primeira base do estruturalismo, mas que se assemelha mais à segunda tarefa da linguística prevista no *Cours de linguistique générale* (“buscar as forças que estão em jogo de uma maneira permanente e universal em todas as línguas, [...] extrair as leis gerais às quais se pode reduzir todo fenômeno da história” (*ibid.*: 20), na medida em que implica, de certa forma, uma **antropologia do falante**. A presente análise remete justamente a esse nível, que Saussure deixa em segundo plano, mas que não negligencia.

## 2. O LADO COGNITIVO DO SENTIMENTO LINGUÍSTICO

O lado “cognitivo” (ou “epilinguístico” no sentido de Culioli – porém a palavra saussuriana para designar esse aspecto é preferencialmente **psicológico**) não é o tema principal desse escrito, que se concentra no lado normativo. Contudo, é necessário fazer algumas observações. Na segunda conferência (cf. *ELG*: 159 em diante), Saussure identifica três níveis de consciência: um nível zero ou **mecânico** (correspondente às mudanças fonéticas), um nível de “consciência inconsciente” (correspondente à apreensão das unidades da *langue*, que precede, por exemplo, a seu emprego analógico) e um nível de consciência “reflexiva”, próprio da análise do linguista e que não é esperado do sujeito falante senão raramente<sup>8</sup>. A oposição entre lado **inteligente** e lado mecânico surge quando se comparam as duas formas de evolução da *langue* e constata-se que, na mudança fonética (ou na aglutinação, cf. *CLG*: 242 em diante), há apenas uma adequação mecânica, enquanto nas outras formas de evolução (analogia, mas também alternância e mesmo etimologia popular, em que a analogia é bastante

---

<sup>8</sup> Sobre a relação entre a perspectiva do não linguista e a perspectiva do linguista e o fato de que elas devem se encontrar para melhor se estabelecer, isso será recuperado posteriormente em §§ 3 e 5.

presente, ainda que erroneamente, cf. *ibid*: 215-220, 221-237, 238 e seguintes) há (uma forma de) inteligência em andamento.

Pode-se esquematizar assim a relação entre as formas da consciência do sujeito falante e as formas da evolução linguística:

#### CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA

2. Consciência “reflexiva”	Linguista	estudo científico da <i>langue</i>
1. Consciência irreflexiva	Sujeito falante	mudanças “inteligentes”
0. Inconsciência (total)	Sujeito falante	mudanças “mecânicas”

A consciência linguística C-2 concerne somente ao linguista e não tem qualquer papel na mudança linguística. C-1 está na base da morfologia e opera por meio do procedimento analógico: ela permite operações cognitivas complexas (e principalmente a gestão de um sistema complexo de oposições, tal como a *langue*), mas **não sabe o que faz**<sup>9</sup>. Por fim, C-0 é a inconsciência absoluta: ela somente sofre o mecanismo engendrado pela repetição dos sons.

O linguista saussuriano que busca ser epistemólogo de seu próprio trabalho se interessará principalmente pela relação entre C-2 e C-1, porque um estudo morfológico bem realizado exige que se opere uma ancoragem da primeira à segunda, que governa ao mesmo tempo os aspectos de estabilidade e os de mudanças da *langue*. Mas também não se deve negligenciar o papel de C-0 por duas razões.

A primeira é perceber que o sentimento linguístico não tem espaço no campo da fonética. Saussure utiliza principalmente o termo **sensação** (ou “julgamento do ouvido”), porque nesse caso não há nada desse conjunto de operações cognitivas que possa justificar o emprego do adjetivo **psicológico**. O julgamento do ouvido é, então, onipotente, mas também cego<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Entre os textos saussurianos em que se fala da relação entre a consciência do sujeito falante (mais ou menos reflexiva) e a complexidade das operações que ele realiza para lidar com o sistema linguístico, um dos mais interessantes, mas também um dos mais enigmáticos, é a passagem de *Essence double* consagrada à “pós-meditação” (*ELG*: 87 e seguintes).

<sup>10</sup> Tratei desse aspecto em minha contribuição (FADDA 2013a, § 4).

A segunda é mostrar que a polêmica saussuriana se dirige principalmente àqueles que consideram, sem qualquer distinção, a consciência irreflexiva e a inconsciência – como se **toda** mudança linguística acontecesse acima (ou fora) da esfera de ação dos sujeitos falantes. Mas fazer um estudo de morfologia reconstrutiva, ao contrário, é totalmente diferente de fazer um estudo de fonética diacrônica, e é por esse motivo que é preciso definir a (in)consciência do nível fonético como um grau zero em relação à (semi)consciência que define o campo morfológico. Se existisse somente a inconsciência absoluta, não se poderia atribuir a *langue* ao campo dos fenômenos **históricos**.

No momento em que se volta a atenção para os fenômenos que permitem a participação do sujeito falante no ato de fala (em suas duas vertentes: compreender a fala dos outros e criar a própria), a diferença entre semiconsciência e inconsciência absoluta parece menos importante. Para se referir a essa dimensão, Saussure emprega, em diversas ocasiões, duas categorias que parecem muito diferentes: **mecanismo** e **instinto**. **Mecanismo** é empregado, como já se sabe, no *Cours* (p. 176 e seguintes), quando se trata de explicar como as relações sintagmáticas e associativas funcionam para permitir que o sujeito falante identifique as unidades linguísticas. O emprego da palavra **instinto** por Saussure é bem menos estudado<sup>11</sup>. Os manuais de linguística se limitam a associar o instinto à linguística gerativa. No entanto, o termo **instinto** não está ausente nos escritos saussurianos. Ele é encontrado principalmente em duas significações:

- como forma de denotar a faculdade da linguagem (e então, ele se encontra frequentemente ao lado do adjetivo **natural**) como característica biológica do ser humano;
- em referência às operações inteligentes/analógicas que concernem ao sentimento do sujeito falante (e cujos efeitos são estudados pela morfologia) para conotar a característica quase inconsciente desse saber epilinguístico (e então Saussure emprega frequentemente a forma adverbial **instintivamente**).

Dois exemplos muito claros da primeira significação podem ser extraídos do *Cours* (p. 123, 220). No primeiro, Saussure observa que o fato de a linguagem ser uma

---

<sup>11</sup> Dediquei um artigo a essa questão (Fadda 2018), em que a comparação com o inatismo da tradição chomskyana ajuda a compreender a natureza particular da noção saussuriana. Aqui, eu me limitarei a algumas observações.

faculdade biológica não impede que as línguas tenham uma natureza abstrata e formal. No segundo, o termo aparece em um contexto de diferenciação dos seres humanos em relação aos outros animais, no campo dos **instintos**.

Os exemplos mais claros do outro contexto, que diz respeito à aplicação semiautomática do conhecimento epilinguístico de uma dada língua, podem ser extraídos dos textos dedicados à morfologia (cf. *ELG*: 191 [“decompõe-se instintivamente...”] e de maneira mais geral *ibid.*: 180 e seguintes [a nota 7, de acordo com a numeração de Godel]).

Às vezes, as duas significações coexistem e estão entrelaçadas. A meu ver, trata-se dos textos mais interessantes a esse respeito. Observa-se como “se é conduzido instintivamente” (*CLG*: 262) a procurar analogias entre línguas diferentes. O instinto linguageiro, próprio de **todo** ser humano, procura compreender algo na língua do outro, mas apoiando-se em **sua própria** língua. Discute-se também sobre as operações de reequilíbrio do “instinto linguístico” (*ELG*: 266) que intervém para restabelecer a ordem das regiões do sistema perturbadas pelos acontecimentos diacrônicos. A comparação (absolutamente biológica) com o pequeno bastão enterrado no formigueiro e envolvido em seguida diz respeito, no entanto, ao trabalho cognitivo (“psicológico”) operado pela massa falante de uma língua. Em suma, é impossível separar os dois lados desse “instinto”.

Essa breve retomada dos empregos saussurianos dos termos **mecanismo** e **instinto** mostra que o linguista genebrino não está muito preocupado com a **oposição** entre biologia e física<sup>12</sup> (na verdade, ele explica que o comportamento linguístico “psicológico” não depende estritamente de nenhuma dessas duas dimensões), mas que parece interessado preferencialmente pelo que as aproxima: o fato de que a reação é desencadeada imediatamente, sem a intervenção de fatores de mediação (ela é, justamente, **imediate**).

A palavra **disposição**<sup>13</sup> permite justamente evitar as oposições que Saussure queria contornar ou que simplesmente não via: entre natureza e cultura, entre inato e aprendido etc. No entanto, a disposição que rege a relação do sujeito falante com a

---

<sup>12</sup> Para esse primeiro panorama sobre a mudança das relações entre mecânico, orgânico, psicológico e sistema, entre 1800 e 2000, e sobre o emprego deles em linguística, ver Joseph (2018: 297 em diante). Sobre a atitude geral de Saussure no que diz respeito à terminologia, ver Cosenza (2016).

<sup>13</sup> Sobre a interpretação das noções disposicionais no sentido de um “*savoir-faire*”, cf. Emmanuel Bourdieu (1998), que se beneficia do seu trabalho sobre o pragmatismo de Peirce, mas também, claro, da reflexão de seu pai, Pierre Bourdieu, (retomarei essa questão posteriormente), principalmente sobre a noção de *habitus*.

*langue*, que entra no domínio especificamente humano e histórico, não pode ser descrita sem uma referência à vontade – mesmo que (ou justamente porque) a ação da vontade seja paradoxal.

### 3. AS FORMAS DA VONTADE NA LANGUE

Antes de prosseguir, detenhamo-nos um pouco no texto da primeira conferência. Logo após ter introduzido o par inteligência/vontade, Saussure nos mostra o papel da vontade com uma formulação (como lhe acontece com frequência) paradoxal:

Os fatos linguísticos podem ser vistos como o resultado de atos de nossa vontade? Essa é a questão. A atual ciência da linguagem responde que sim. É necessário somente acrescentar desde já que há vários graus conhecidos, como sabemos, na vontade consciente ou inconsciente; ora, de todos os atos que poderíamos comparar, o ato linguístico, se eu posso nomeá-lo assim, tem esse caráter (de ser) o menos reflexivo, o menos premeditado, ao mesmo tempo que é o mais impessoal de todos. Há aí uma diferença de grau que vai tão longe que, por muito tempo, ela deu a ilusão de uma diferença essencial, mas que na realidade é somente uma diferença de graus (*ELG*: 150).

Esse verdadeiro **paradoxo da vontade** segue fielmente o paradoxo da cognição linguística que acabamos de analisar, ou então ele é sua outra face: a vontade tem graus diferentes, mas, no comportamento linguístico, ela se esconde, por assim dizer, em si mesma, e culmina em atos quase automáticos. Contudo a vontade é um componente necessário de todo ato linguístico.

Esse paradoxo encontra muitos paralelos em outros lugares da obra saussuriana e um dos mais surpreendentes é o curto capítulo do *Cours de linguistique générale* dedicado à semiologia, em que os editores se referem somente a uma pequena parte da grande introdução semiológica do segundo curso<sup>14</sup>. Encontram-se duas definições da semiologia nessas páginas: a primeira, e a mais conhecida, caracteriza a ciência a ser desenvolvida como estudo da “vida dos signos no seio da vida social” (*CLG*: 33) e como área intermediária entre a da linguística e a da psicologia social. A segunda, que se pode chamar de “definição **institucional**” da semiologia, apoia-se justamente no papel da vontade:

---

<sup>14</sup> Publicada por Robert Godel nos *Cahiers Ferdinand de Saussure* (Saussure 1957). Essa publicação, que inaugurava a época da filologia saussuriana (com Godel 1957), também permitiu desenvolver o debate sobre a semiologia.



Ou ainda, quando se percebe que o signo deve ser estudado socialmente, conservam-se somente os traços da *langue* que a relacionam com as outras instituições, aquelas que dependem mais ou menos de nossa vontade; e assim não se chega no objetivo, negligenciando as características que pertencem somente aos sistemas semiológicos em geral e à *langue* em particular. Pelo fato de o signo sempre escapar, em certa medida, à vontade individual ou social, esse é seu caráter essencial; mas é o que menos aparece à primeira vista. (*ibid.*: 34)

A semiologia é, então, a área dos fenômenos sociais em que a vontade experimenta o insucesso, e a linguística, como pivô da semiologia, é a área em que essa superação da vontade é mais evidente. Essa abordagem é coerente com o que Saussure nos diz em outros textos (por exemplo, no capítulo sobre a “Imutabilidade e mutabilidade do signo”, *CLG*: 104), mas também com as críticas bem conhecidas de Benveniste (1966) sobre a caracterização abstrata do arbitrário, que negligencia a **necessidade** que se esconde por trás do emprego dos signos e, por fim, com as afirmações de Roland Barthes (1978: 9) sobre a “língua fascista” que mais **obriga** a dizer, do que impede de dizer.

Os sujeitos falantes, independentemente do nível de escolaridade, **sentem** as regras gramaticais que empregam **como uma obrigação** – questão que será retomada nas conclusões. Assim, a escolha das palavras e qualquer outro aspecto da elaboração discursiva da *parole* são sentidos como uma obrigação. O fato de que isso se passa em condições de semiconsciência, de improvisação e, em casos extremos, de maneira instintiva – como acabamos de ver – não reduz esse caráter de obrigatoriedade. É uma obrigação difícil, como Saussure nos disse diversas vezes, particularmente quando ele nos explica as razões da imutabilidade do signo. Se é verdade que dizemos **homem** e **cachorro** porque antes de nós se disse **homem** e **cachorro** (*CLG*: 89) – apesar da arbitrariedade da *langue* –, isso significa que não se trata de uma forma de determinismo, mas sobretudo de **coerção**:

Se em relação à ideia que ele representa, o significante se mostra como livremente escolhido, em contrapartida, em relação à comunidade linguística que o emprega, ele não é livre, ele é imposto. A massa social não é consultada e o significante escolhido pela *langue* não poderia ser substituído por um outro. Esse fato, que parece envolver uma contradição, poderia ser familiarmente chamado de “a carta forçada”. Diz-se à *langue*: “Escolha!”. Mas acrescenta-se: “Será esse signo e não outro”. Não somente um indivíduo seria incapaz, se ele quisesse, de modificar a escolha já feita no que quer que fosse, mas a própria massa não pode exercer sua soberania sobre uma só palavra; ela está ligada à *langue* tal como é.

A *langue* não pode mais, então, ser assimilada a um contrato puro e simples, e é justamente desse lado que o signo linguístico é particularmente interessante de ser estudado; porque, caso se queira demonstrar que a lei admitida em uma coletividade é algo a que nos submetemos e não uma regra

livremente consentida, é a *langue* que oferece a prova mais notória disso (*ibid.*).

Essa caracterização da arbitrariedade linguística é bastante potente, mas também bastante complexa. Somos lembrados de que não assinamos nenhum contrato **e, contudo**, temos de respeitar as obrigações. A *langue* – esse poderoso Leviatã que se impõe com toda sua força contra o indivíduo – escolhe por nós. Não poderíamos ir contra, mas, sobretudo, **não queremos isso**. Pelo contrário, nós queremos a conformidade, a normalidade, e fazemos de tudo para obtê-la. Esse aspecto, que pode ser descrito ao pegarmos emprestadas as categorias de Bourdieu, e principalmente seu conceito de **dominação**<sup>15</sup>, não é próprio somente à *langue*, mas a *langue* o apresenta de tal forma e em tal grau que é simplesmente incomparável com o das outras instituições.

#### 4. AS FORMAS DA VONTADE EM ALGUNS SISTEMAS NÃO LINGUÍSTICOS

Mesmo em uma concepção da semiologia tão restrita como a de Saussure, a *langue* não esgota esse campo. Seu papel de **modelo** fica mais claro quando se olha para fenômenos semiológicos mais sutis, por assim dizer, em que a dominação da massa social não é tão forte e em que se chega até mesmo a perceber a ação da vontade individual. A reflexão de Saussure, contemporânea do trabalho sobre os cursos de linguística geral, sobretudo as pesquisas a respeito dos anagramas e das lendas germânicas, oferecem exemplos interessantes disso.

O caso das lendas, principalmente das germânicas, traz para Saussure (e para nós) o exemplo de uma dinâmica semiológica menos complexa em relação àquela da *langue*, em que o esforço da vontade ainda assim é evidente. Na verdade, a inteligência criadora (que Saussure chama de “imaginação”, ver a seguir) que busca a ordem (que Saussure chama às vezes de “unidade dramática”, cf. Saussure 2003: 375) engana-se apenas pela vontade de ser verídica. Saussure insiste diversas vezes nessa tese mais radical: ninguém que transmite a narrativa mítica/lendária tem a menor intenção de

---

<sup>15</sup> Toda relação de dominação, de acordo com Bourdieu (cf., por exemplo, o prefácio de Bourdieu 1998), está enraizada em um *habitus* que se sustenta na colaboração ativa dos dominados. Toda coerção efetiva, então, é autoinduzida. Bourdieu emprega justamente a palavra **arbitrário** para caracterizar a dominação (não somente a dominação masculina, mas todo tipo de dominação), o que é também uma razão para estabelecer uma homologia. De fato, a relação do sujeito falante com a sua língua, tal como eu tento descrever, corresponde bem a esse modelo, mas com uma diferença fundamental: somos todos dominantes e dominados ao mesmo tempo.

**inventar** o que quer que seja e, quando isso acontece, é de boa fé. O contador da narrativa quer contar **o fato**, continuando fiel aos fatos e à narrativa.

Assim, a “criação” dos símbolos lendários (personagens que representam povos, duelos que representam batalhas etc)<sup>16</sup> só é realmente ficcional no segundo grau (para o erudito), enquanto os agentes da transmissão tradicional são movidos somente pela vontade de **transmitir a verdade dos acontecimentos**<sup>17</sup>. Saussure, então, escreve:

Mas uma **intenção** de símbolo não existiu em momento algum durante esse tempo. A redução da batalha a um duelo é um fato natural de transmissão semiológica, produzido por um período entre as narrativas, e o símbolo conseqüentemente não existe senão na imaginação do crítico que vem posteriormente e julga mal (Saussure 2003: 383).

- Sobretudo nunca se deve desconfiar, salvo caso particular, da intenção do /autor/ <ou do narrador> de seguir o que havia sido dito antes dele, tanto quanto possível, e é desse lado que reina uma profunda tendência conservadora por todo o mundo da lenda.

<Mas> Imaginação em lacuna <da memória> é o principal fator de mudança com vontade de continuar de maneira diferente na tradição (*ibid.*: 400).

Portanto, no caso das lendas, a vontade é pressuposta, mas – como no caso da *langue* – serve para mostrar como as narrativas evoluem **apesar** dessa vontade (por uma espécie de heterogênesse dos fins). Na *langue*, no entanto, tem-se em princípio uma situação de igualdade: cada sujeito falante é um agente da transmissão e, então, tanto da conservação quanto da inovação pelas mesmas razões que os outros. Na lenda, não é assim que funciona.

Essa desproporção (e essa diferença em relação ao modelo **absoluto** ou **perfeito** da *langue*) se torna bem mais evidente quando se olha para o caso dos anagramas. Atualmente, conhece-se suficientemente bem o tema e as modalidades dessa pesquisa saussuriana. O ponto de partida é dado pelo estudo do verso saturnino, cuja métrica parecia incompreensível. Então, Saussure foi levado a formular a hipótese de que a regra de composição previa a inserção oculta, por “paráfrase fônica”

<sup>16</sup> Nessas páginas consagradas às lendas germânicas, Saussure emprega o termo **símbolo** de duas maneiras, uma mais ampla e outra mais delimitada. Na sua significação ampla, **símbolo** é um sinônimo de **signo** de acordo com o uso do *Cours* — ou, no máximo, uma designação pela unidade diacrônica. Isso cria contradições — ao menos à primeira vista — com o lugar do *Cours* em que a denominação de **símbolo** é rejeitada de maneira explícita (cf. *CLG*: 101). A segunda significação está ligada à transmissão das narrativas lendárias. Diz-se geralmente que um relato (ou uma parte de um relato) tem um caráter simbólico quando se pode encontrar nele um valor metafórico (exemplo: matar um animal é erradicar um vício metaforizado por este animal) ou metonímico (o duelo dos campeões, delimitado tanto no espaço como no tempo, representa uma série de acontecimentos cujo horizonte espaço temporal é bem mais impreciso). Esse caráter motivado (o que é, no entanto, coerente com a recusa de **símbolo** para o signo linguístico) é justamente o que escapa à vontade do indivíduo de acordo com Saussure.

<sup>17</sup> Pode-se encontrar uma ideia muito semelhante em uma perspectiva disciplinar muito diferente em Hanegraaff (2017).

(Starobinski 1971: 134), de uma palavra pertinente no verso. Ao ampliar o escopo de sua pesquisa, Saussure passou do estudo do saturnino para a poesia homérica, depois para a poesia latina em geral, incluindo a poesia latina moderna, e ele acreditou encontrar sempre anagramas por trás de cada verso que examinou. Esses resultados o levaram a conceber a hipótese da existência de **restrições** posteriores que se adicionam às restrições propriamente métricas. Já que não encontrou alusões a esse assunto nos antigos tratados de métrica, ele foi levado, por um raciocínio incrivelmente ousado, a postular a existência de uma corrente subterrânea, uma “tradição oculta” se perpetuando através dos séculos, de tal maneira que todo escritor “não se julgava talvez no direito de escrever uma só linha” (*ibid.*: 120) sem inserir anagramas pertinentes ao conteúdo da obra.

O trabalho sobre os anagramas é uma maneira de pensar não somente as propriedades combinatórias dos elementos linguísticos, mas também o análogo fonético do sentimento (morfológico) da *langue*, apreendido pela perspectiva do versificador bem treinado (tal como o próprio Saussure), cujo “julgamento do ouvido” (ver acima) alcança um certo grau de autoconsciência e de reflexão. Ora, a aposta mesma dessa pesquisa saussuriana se funda na liberação do grau da vontade (e da cognição, mas sabe-se agora que os dois andam juntos) operado pelos poetas. O que isso significa? Significa dizer que os poetas **querem** inserir anagramas em seus poemas? E significaria, ao contrário, que eles não querem fazer isso (mas ainda assim isso acontece)? Até que ponto eles **sentem obrigação** de fazer isso? A troca de correspondências com Giovanni Pascoli, que levou ao fim da pesquisa<sup>18</sup>, abordava justamente esse ponto. A última carta do poeta italiano não foi encontrada (ou não foi publicada), mas pode-se imaginar que Saussure tivera o **sentimento** (justamente!) de que não havia nenhum meio determinado (nenhum *experimentum crucis*, por assim dizer) para resolver a questão.

O caso das lendas e dos anagramas não esgota o campo dos fenômenos que poderíamos utilizar para mostrar esse papel da vontade e as diferentes formas de sua relação com o lado cognitivo. Seria possível recorrer certamente a outros exemplos – saussurianos ou não. Não farei isso neste trabalho: sobretudo mostrarei como em Saussure não há fenômeno semiológico possível sem uma intervenção da vontade, qualquer que seja, isto é, sem um lado normativo.

---

<sup>18</sup> Cf. Nava (1968) e Joseph (2012: 430 em diante).

## 5. A GRAMÁTICA COMO MORAL ELEMENTAR E A MORAL (NÃO ELEMENTAR) DO LINGUISTA

A metodologia adotada e principalmente a análise do papel da vontade na linguística (ou ainda a filosofia das línguas, como dito anteriormente) saussuriana – também pela comparação com sistemas semiológicos não linguísticos – dá um lugar justo ao lado normativo, e mesmo **moral** do sentimento da *langue*. Mas por que **moral**?

Em primeiro lugar, há um aspecto empírico da questão que é igualmente mais imediato para o linguista absorvido pela práxis do seu trabalho. Os conjuntos de regras que são objeto da linguística, da fonologia à proxêmica, são considerados pelo linguista como normas descritivas; mas, para o sujeito falante, essas regras são **pura e simplesmente** normativas. O sujeito falante sente que deve agir de tal ou tal forma, sente que deve corrigir os que agem de maneira diferente e, quando não tem certeza, pergunta ao linguista **como deve fazer**. O linguista (ou mesmo alguns linguistas) fica tentado então a sorrir para o seu interlocutor, porque ele não é mais capaz de se apresentar como (simples) sujeito falante. A diferença entre a situação de Saussure e a da linguística atual – em que a abordagem histórica se tornou mais a exceção do que a regra – é que os linguistas de hoje têm (teriam) menos dificuldade de criar uma representação dos sujeitos falantes por trás da *langue*. Evidentemente, o linguista deve registrar, não censurar – mas não pode pedir ao sujeito falante que faça o mesmo (a menos que queira introduzi-lo na linguística).

Em segundo lugar, a questão tem um aspecto propriamente **filosófico**, que se manifesta quando se relaciona a palavra **moral** a sua etimologia latina e a seu papel no sistema que regulava a conduta dos latinos: *morale* vem de *mos*, comportamento ou sistema de conduta que se caracteriza por ser herdado de nossos ancestrais (na verdade não há outro *mos* a não ser *mos maiorum*). O *mos* se opõe ao *ius*, o direito da lei positiva. Esse caráter é compartilhado pelas leis e pelos fatos linguísticos, em que a

arbitrariedade se apoia justamente na tradição. A arbitrariedade do signo, enfim, é bem uma questão de *mos*, não de *ius*<sup>19</sup>.

O sujeito linguístico se encontra assim caracterizado pelos dois aspectos da autoconsciência distinguidos por Ernst Tugendhat: consciência de si (*Selbstbewusstsein*) e autodeterminação (*Selbstbestimmung*)<sup>20</sup>. Ele dispõe de um saber que é também uma competência<sup>21</sup>. Só que, nesses dois casos, trata-se de um saber **imediat** que não se apoia em motivos, salvo quando é preciso procurá-los, se for o caso de buscar explicações: sabe-se como se deve fazer e age-se **como se deve**.

Essa duplicidade semiconsciente do sujeito falante, uma vez incluída na sociedade e no tempo, explica a diacronia e a mudança arbitrária e não previsível das línguas, o que o inatismo chomskyano nunca chegará a fazer: cada locutor é um agente moral, mas não há teleologia no conjunto. A continuidade da regra assim como sua mudança remontam à mesma causa. O comportamento da massa falante – tal como em um formigueiro – não se reduz ao comportamento dos indivíduos singulares, mas – ao contrário das formigas – cada sujeito falante conserva sua vontade, ainda que submersa nas dinâmicas do sistema social.

É necessário, então, combinar o aspecto técnico com o aspecto moral. O linguista, como já dito, deve tornar autoconsciente e mediata a experiência semiconsciente e imediata do sujeito falante. Com efeito, se o sentimento é a única chave de acesso às realidades linguísticas, será necessário que o linguista alcance o sentimento do sujeito falante para não postular realidades que não existem: “só EXISTE linguisticamente o que é percebido pela consciência, isto é, o que é ou se torna signo” (*ELG*: 45). O linguista que se dedica a reconstruir um estado de *langue* deslocado no tempo e/ou no espaço não dispõe desse guia em primeira pessoa: ele não compartilha a consciência dos sujeitos falantes dessa época. No entanto, dispõe de sua experiência de sujeito falante e da reflexão que o acompanha quando se apresenta como linguista<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> Tratei desse tema de maneira mais aprofundada (por uma comparação com a ontologia social de J. Searle) em Fadda (2010, 2013b, 2017b: cap. IV).

<sup>20</sup> Cf. Tugendhat (1979). O autor interpreta o pensamento de alguns filósofos pertencentes a tradições bem diferentes, tais como M. Heidegger e G. H. Mead, por exemplo, com a precisão do filósofo analítico, mas também com uma flexibilidade que vem do contato com as tradições hermenêutica e pragmatista.

<sup>21</sup> A expressão *tecnica teoretica* (“técnica teórica”), empregada por Antonino Pagliaro, o mestre de Tullio de Mauro (por exemplo, cf. Pagliaro 1957), acerca da *langue*, busca justamente manter esses dois aspectos. Sobre “savoir-faire” e disposição, ver n. 12.

<sup>22</sup> Entre os (poucos) eruditos que aprofundaram esse lado da reflexão saussuriana, acho particularmente claras algumas observações de Loïc Depecker (2009). Por exemplo (*ibid.*: 100): “Para se guiar, o linguista tem, no sujeito falante, um correspondente da consciência: o sentimento que se forma ou que podia se formar da *langue* pelo sujeito falante”.

Na verdade, ele não poderia ser um linguista se não conseguisse ter uma dupla experiência do sentimento linguístico, inconsciente e reflexiva<sup>23</sup> — enquanto um entomologista, por exemplo, não tem nenhuma necessidade de se identificar com um inseto para estudá-lo — e definitivamente nunca poderia chegar a fazer isso.

Mas esse duplo olhar sobre a experiência comum é justamente o que confere a um estudo seu caráter **filosófico**. A exigência do linguista e sobretudo do linguista **estrutural** quando compreende bem que sua tarefa não consiste em olhar os fatos linguísticos como estrelas distantes vistas com um telescópio, mas sim perceber de preferência o sentimento linguístico dos sujeitos falantes para compartilhá-lo tanto quanto puder, tem também uma dimensão filosófica e moral, na medida em que esse exercício o obriga cada vez a se descobrir homem entre os homens. A ideia saussuriana de que o nascimento da linguagem se repete a cada ato de *parole* (cf. *CLG*: 24, 105) é ainda mais verdadeira para o linguista, que deve sempre recriar em si mesmo as condições da emergência da humanidade pela linguagem.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Leçon*. Paris: Seuil, 1978.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard (Bibliothèque des Sciences humaines), 1966.

BOURDIEU, Emmanuel. *Savoir-faire. Contributions à une théorie dispositionnelle de l'action*. Paris: Seuil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.

BRÉAL, Michel. *Essai de sémantique*. Paris: Hachette, 1897.

CHIDICHIMO, Alessandro. Les premières leçons de Saussure à Genève, 1891: textes, témoins, manuscrits. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, v. 62, p. 257-276, 2010.

---

<sup>23</sup> Analisei essa dupla experiência em Fadda (2017b: 38 em diante; 2018). Noto, no entanto, que a abordagem de Roland Barthes é interessante (e saussuriana) por nos mostrar, de uma maneira bastante impressionante, essa dupla experiência em relação aos fenômenos linguísticos e a outros fenômenos da vida social.

- COSENZA, Giuseppe. *Dalle parole ai termini. I percorsi di pensiero di F. de Saussure*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2016.
- DEPECKER, Loïc. *Comprendre Saussure*. Paris: Armand Colin, 2009.
- GODEL, Robert. *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale*. Genève: Droz, 1957.
- FADDA, Emanuele. Le temps et les institutions. Pour une sémiologie de la transmission. In: BRONCKART, Jean-Paul ; BULEA, Ecaterina ; BOTA, Cristian (éd.) *Le projet de Ferdinand de Saussure*. Genève : Droz (Langue et cultures), 2010.
- FADDA, Emanuele. "Sentiment": entre mot et terme. Quelques notes sur le travail et la langue de Ferdinand de Saussure. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, v. 66, p. 49-65, 2013a.
- FADDA, Emanuele. An Alternative Perspective on Language and Social Ontology: *Langage* as a Condition and *Langue* as a (Possible) Model. In: FADDA, Emanuele; GIVIGLIANO, Alfredo; STANCATI, Claudia (éd.). *The Nature of Social Reality*. Newcastle: Cambridge Scholars, p. 161-173, 2013b.
- FADDA, Emanuele. Saussure and the Will. *Semiotica*, n. 217, p. 229-242, 2017a.
- FADDA, Emanuele. *Sentimento della lingua. Per un'antropologia linguistica saussuriana*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2017b.
- FADDA, Emanuele. Saussure on Individual Linguistic Knowledge: a Non-nativist Notion of Instinct?, communication au colloque «Le Cours de linguistique générale, 1916-2016. L'émergence », 9-13 janvier 2017 (atelier « Saussure-Chomsky: converging and diverging »), Genève, 2018. Disponível em : <https://www.clg2016.org/documents/CLG2016-Fadda-SE103.pdf>.
- HANEGRAAFF, Wouter J. Religion and the Historical Imagination: Esoteric Tradition as Poetic Invention. In: BOCHINGER, Christoph; RÜPKE, Jörg (ed.). *Dynamics of Religion. Past and Present*. Berlin: De Gruyter, 2017. p. 131-154.
- JOSEPH, John E. *Saussure*. Oxford - New York: Oxford University Press, 2012.
- JOSEPH, John E. From Saussure to Rask: the Curious Trajectory of Louis Hjelmslev. In: GAMBARARA, Marcello W. Bruno et al (éd.). *Linguistica e filosofia del linguaggio. Studi in onore di Daniele Gambarara*. Milan – Udine : Mimesis, 2018.
- MEJÍA, Quijano Claudia. Éditions des notes d'Émile Constantin du Troisième Cours de linguistique générale (1910-1911), *Cahiers Ferdinand de Saussure*, v. 58, p. 43-290, 2005.
- NAVA, Giovanni. Lettres de F. de Saussure à G. Pascoli, *Cahiers Ferdinand de Saussure*, v. 24, p. 73-81, 1968.
- PAGLIARO, Antonino. *La parola e l'immagine*. Napoli : ESI, 1957.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Cours de linguistique générale, Deuxième cours (1908-1909), *Cahiers Ferdinand de Saussure*, v. 15, p. 3-103, 1957.



SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. BALLY, Charles ; SECHEHAYE, Charles-Albert ; RIEDLINGER, Albert ; MAURO, Tullio de (éd.). Paris: Payot, 1972.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Écrits de linguistique générale*. BOUQUET, Simon ; ENGLER, Rudolf (éd.). Paris: Gallimard (Bibliothèque de Philosophie), 2002.

Saussure Ferdinand de. La légende de Siegfried et l'histoire burgonde. In : BOUQUET, Simon (éd.). *Saussure*. Paris : L'Herne, 2003.

STAROBINSKI, Jean. *Les mots sous les mots. Les anagrammes de Ferdinand de Saussure*. Paris : Gallimard, 1971.

TUGENDHAT Ernst. *Selbstbewusstsein und Selbstbestimmung*. Francfort: Suhrkamp, 1979. Traduction française : *Conscience de soi et autodétermination*. Paris : Armand Colin, 1997.